

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**A REPRESENTAÇÃO SOBRE A IMIGRAÇÃO NOS DISCURSOS DE ADOLPHO
LAMENHA LINS (1875-1877)**

CURITIBA

2008

FLAVIANE DA SILVA POLINARSKI

**A REPRESENTAÇÃO SOBRE A IMIGRAÇÃO NOS DISCURSOS DE ADOLPHO
LAMENHA LINS (1875-1877)**

Monografia apresentada como requisito parcial
para conclusão do Curso de Licenciatura e
Bacharelado em História, do Setor de Ciências
Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal
do Paraná.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Roseli Boschilia

CURITIBA

2008

AGRADECIMENTOS

Vou tentar resumir em uma página sentimentos acumulados no decorrer desses longos anos acadêmicos. Sim, foram quase cinco anos que pareceram vinte. Enfim, tenho muito a agradecer. Não dando importância ao que vão chamar de clichês, agradeço a Papai do Céu, não somente por ter conseguido passar por todas as dificuldades que encontrei no decorrer do curso, mas também por ele ter colocado em meu caminho pessoas maravilhosas que me serviram de alicerce. Base essa que antecedeu minha entrada no meio acadêmico. E a esse embasamento inicial devo a minha família. Cada um do seu jeito, tentando achar a melhor forma, contribuiu para meu crescimento como pessoa. A meu pai, mãe e a minha irmã, que mesmo distante se fez presente, deixo aqui meus agradecimentos.

No decorrer dos anos, outras pessoas vão se aproximando e quando vemos fazem parte da nossa vida, como se fossem da família. Alguns participam e compartilham por um longo tempo, outros passam de forma breve, mas não menos significativa. Alguns podem presenciar o início de cada escolha que fazemos e também o resultado delas. Outros, de forma voluntária, ou não, partem antes. Por partilhar comigo a escolha do curso, por ouvir todos os detalhes das novidades que a cada aula me deslumbravam, narrados com tanto entusiasmo, diante daquele inesquecível sorriso transparente, agradeço a Ilson Telles (*in memoriam*).

Há também aqueles que nos servem de referência. Aqueles que olhamos com estima e admiração. E que embora estejam avantajados em seu percurso não nos deixam perdidos pelo caminho. Estendem as mãos e nos levam adiante, desempenhando o papel de verdadeiros mestres. Nem todos são assim. Mas conheci um belo exemplo deles, que de forma paciente, dedicada e extremamente profissional me orientou na construção deste trabalho. Deixo meus sinceros agradecimentos à Prof^a. Dr^a. Roseli Boschilia.

Gostaria de citar aqui o nome de cada amigo que compartilhou risos ou choros ao longo desses anos, sejam eles do âmbito acadêmico ou não, mas provavelmente correria o risco de deixar alguém de fora, além disso, seria extensa minha lista. Obrigada pessoal!

E por último, quero agradecer aquele que tornou o fim dessa etapa mais leve e mais doce. Aquele que ouviu choros, desabafos e teve sempre um afago para me dar. Carinhos em forma de palavras, letras e gestos. Obrigada a Fernando Larsen Glöckner, que essa seja a primeira de muitas conquistas que partilhamos.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| RESUMO..... | V |
| INTRODUÇÃO..... | 6 |
| 1. A IMIGRAÇÃO NO BRASIL: ASPECTOS GERAIS..... | 7 |
| 1.1 A POLITICA DE IMIGRAÇÃO NA PROVÍNCIA DO PARANÁ..... | 10 |
| 1.2 O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO E OS PRIMEIROS EMPREENDIMENTOS COLONIAIS..... | 13 |
| 2. O USO DA BIOGRAFIA COMO MÉTODO DE PESQUISA..... | 16 |
| 2.1 PERFIL POLITICO DE ADOLPHO LAMENHA LINS..... | 19 |
| 2.2 LAMENHA LINS E A REPRESENTAÇÃO DE SUA GESTÃO NA HISTORIOGRAFIA..... | 22 |
| 3. PRINCIPAIS ENFOQUES DADOS PELA GESTÃO DE ADOLPHO LAMENHA LINS..... | 25 |
| 3.1 SEUS PROPÓSITOS EM RELAÇÃO À IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO..... | 29 |
| 3.2 AS COLÔNIAS FUNDADAS NO DECORRER DA GESTÃO LINISTA..... | 31 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 35 |
| REFERÊNCIAS E FONTES | 37 |

RESUMO

No século XIX, após a instalação da Coroa portuguesa no Brasil, algumas leis favoreceram a entrada de imigrantes no território brasileiro. Num primeiro momento, a entrada desses imigrantes tinha como objetivo maior povoar os grandes vazios demográficos ainda existentes. Posteriormente, com o cesso do tráfico negreiro, o almejo de uma mão de obra livre, branca e *morigerada*, foi a responsável pelo estímulo causado pelos dirigentes políticos favoráveis a imigração de trabalhadores europeus. Dentre as províncias do Império que promoveram à vinda desses imigrantes, destacou-se a do Paraná. As últimas décadas do referido século foram marcadas pelo grande número de imigrantes alojados na província, especificamente nos arredores de Curitiba. Atribui-se, em especial, a administração do presidente provincial Adolpho Lamenha Lins a política imigracionista de maior alcance nesse contexto.

INTRODUÇÃO

Os incentivos que deram origem a essa pesquisa, atribuem-se a leituras de trabalhos desenvolvidos no meio acadêmico, tendo como discussão central as políticas imigratórias adotadas no Brasil, em específico no Paraná, no decorrer do século XIX e início do seu subsequente.

A maioria desses trabalhos, se não todos, afirmam que o auge da imigração no século XIX, teve seu início da década de 1870. Posto em destaque a gestão Adolpho Lamenha Lins, um jovem pernambucano, que teria renovado a política imigratória paranaense, destacando sua gestão das antecessoras. Sua administração é sempre enfatizada na contextualização desses trabalhos e posta como inovadora e promotora na Província do Paraná de um novo modelo de política imigracionista, reformulando a forma de organizar os núcleos coloniais.

O presente trabalho se propôs a verificar em que medida a política imigratória adotada por ele foi efetivamente inovadora e até que ponto se diferenciou das iniciativas tomadas pelos governos anteriores. Além disso, procurou também constatar quais as pretensões de seu governo no que se referia à questão da imigração, como ele as colocou em prática e de que forma ele via esses colonos.

Para isso, no primeiro capítulo foi traçado uma contextualização da política imigratória paranaense durante o período provincial e sua inserção na conjuntura nacional. O segundo dedicou-se ao estudo do perfil de Lamenha Lins considerando a relação estabelecida entre a sua vida e o contexto social, político e econômico da sociedade na qual ele estava inserido, assim como os discursos presentes na historiografia sobre sua gestão.

O terceiro capítulo trás uma análise dos relatórios apresentados pela gestão Linista á Assembléia Legislativa do Paraná. Com o objetivo de responder aos questionamentos levantados no decorrer dos outros capítulos, é nesse fragmento do trabalho que os discursos de Lamenha Lins são problematizados e confrontados aos dados apresentados pela historiografia.

1 – A IMIGRAÇÃO NO BRASIL: ASPECTOS GERAIS

Desde o início do século XIX, constatou-se o desenvolvimento de políticas voltadas para o estabelecimento de imigrantes europeus no Brasil. Para se entender porque uma política de imigração foi criada é preciso retroceder ao início do século XIX, especificamente ao ano de 1808, quando a corte portuguesa desembarcou no Brasil.

Logo após a chegada da família real, D. João, sancionou um decreto permitindo o acesso à propriedade fundiária a estrangeiros, que anteriormente era autorizado somente aos provenientes da colônia ou da metrópole. Essa iniciativa visava beneficiar o número significativo de portugueses que acompanhou a família real, bem como atrair imigrantes a fim de estabelecê-los em áreas despovoadas. Como resultado, um grande contingente de imigrantes aportou em território brasileiro. Imigrantes não apenas portugueses, “mas espanhóis, franceses e ingleses que viriam a formar uma classe média de profissionais e artesãos qualificados”.¹

Muitos deles foram atraídos pela nova economia que se formava diante de outros decretos, entre eles, o que autorizava a abertura dos portos aos países amistosos e a permissão para a instalação de indústrias, até então negada por Portugal.

De forma pioneira, em 1818 fundaram-se colônias no Rio de Janeiro com imigrantes suíços, e no mesmo contexto com imigrantes alemães na Bahia. O interesse em trazer imigrantes para o Brasil ainda era justificado pela necessidade de se preencher os grandes vazios demográficos existentes, principalmente no que diz respeito às províncias que faziam fronteiras com territórios estrangeiros, o que foi o caso do Rio Grande do Sul, onde em 1824, colônias alemãs foram estabelecidas próximas à divisa com a Argentina.

Essa iniciativa da Corte, porém, não obteve resultados satisfatórios, pois a entrada indistinta de imigrantes, além de outros fatores, culminou em uma sucessão de fracassos desses empreendimentos colonizadores. Diante de tais resultados, no ano de 1830, uma Lei posta em vigor passou a coibir qualquer gasto público com a instalação de núcleos coloniais, o que causou um recuo nas iniciativas favoráveis a imigração.

Somente após o ano de 1834, através de um Ato Adicional, o Império repassou também às províncias a responsabilidade de “promover e estimular em colaboração com o poder central o estabelecimento de colônias”.²

¹ Fausto, Boris. **História do Brasil**. 10ª ed. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 127.

² Handelman, Henrique citado por BALHANA, Altiva Pilatti, PINHEIRO MACHADO, B., WESTPHALEN, C. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.p. 158.

Sabe-se que após essa iniciativa do governo imperial, os governos locais, receberam e dirigiram pequenas levas de imigrantes a colônias criadas por iniciativa própria ou até mesmo patrocinadas por particulares, como ocorreu no Paraná em 1847, ano da fundação da colônia Thereza, pelo médico Dr. Faivre. No decorrer do século XIX a política imigrantista ganhou outros rumos.

A segunda metade do século XIX foi marcada por diversas mudanças. Entre elas, podemos destacar a ascensão da economia cafeeira, a proibição do tráfico de escravos e a escassez da mão-de obra no território brasileiro.

O café, introduzido no Brasil no início do século XVIII e cultivado em diferentes regiões, a princípio atendia apenas ao consumo local. Foi somente no final desse século que ele alcançou destaque comercial. Se durante o século XVIII o plantio do café ainda não era expressivo comercialmente, foi em meados do século subsequente que a sua produção ganhou espaço no mercado externo e alavancou a economia brasileira.

As grandes lavouras exigiam muito empenho e dependiam praticamente da mão-de-obra escrava, que por sua vez, tornava-se cada vez mais escassa por conta da proibição do tráfico de escravos.

Havia uma grande preocupação por parte do governo e também dos produtores em relação a isso. Para as autoridades influentes a promoção da imigração de uma nova mão-de-obra, livre e branca, surgiu como o melhor meio de solucionar esse problema.

Além disso, as teorias sobre a eugenia, que já eram bastante fortes na Europa, também refletiram no Brasil o ideal de uma raça branca e pura. Uma das correntes eugenistas acreditava que a miscigenação, ou seja, a mistura entre os ex-escravos e os imigrantes europeus, que já traziam com eles os genes superiores da raça branca *morigerada e laboriosa*, proporcionaria um futuro geneticamente mais *puro* à população brasileira.

Nesse contexto, “a introdução do imigrante branco, livre, pacífico e trabalhador, representava uma maneira de ajudar a apurar e branquear a raça brasileira e o trabalho”.³

No ano de 1850 o tráfico de escravos foi definitivamente extinto. É importante ressaltar que desde meados do século, a Inglaterra, nação a qual Portugal se manteve economicamente dependente por longos anos, vinha pressionando a corte portuguesa a acabar com o tráfico de africanos para o Brasil. Os ingleses tinham interesse em acabar com o tráfico de negros entre Brasil e a África, pois, desejavam torná-la mais uma consumidora de seus produtos industrializados.

³ COLATUSSO, Denise Eurich. **Imigrantes alemães na hierarquia de status da sociedade luso - brasileira (Curitiba, 1869 á 1889)**. Dissertação de Mestrado, UFPR : 2004. p. 15.

Há muito a Inglaterra havia trocado a mão-de-obra escrava pelo trabalho remunerado, pois, com o avanço do sistema capitalista, manter um cativo já não representava bom negócio. Um operário trabalhava por mais horas e após cumprir sua carga horária não tinha mais vínculos com seu empregador. Diferente do escravo, que precisava ser sustentado e assistencializado pelo seu dono, caso ficasse doente, por exemplo.

Em 1826 um Tratado assinado entre o Brasil e a Inglaterra estipulava um prazo de três anos para o tráfico de escravos tornar-se ilegal. Embora a Marinha Inglesa tenha ficado incumbida da inspeção dos navios brasileiros, o acordo não se fez valer na prática.

No ano de 1831, devido à proposta do Tratado, uma lei foi posta em vigor e previa grandes punições para quem a burlasse. Além de declarar livre todo cativo que fosse aportado em território brasileiro também previa penalidades aos responsáveis pelos navios.

Mesmo diante da pressão inglesa, o tráfico de negros só foi abolido com a lei sancionada pelo ministro da justiça, Eusébio de Queirós, em 4 de setembro de 1850. Também na década de 1850, logo após a *Lei Eusébio de Queirós*, outra lei que se tornaria bastante importante para a política de imigração que foi estabelecida: a chamada Lei de Terras. Essa lei, criada em 18 de setembro de 1850, previa que as terras pertencentes ao Império só poderiam ser adquiridas através da compra, ficando assim proibida a outorga gratuita. Se opunha à Sesmaria, sistema aplicado para a distribuição de terras destinadas à produção, primeiramente aplicado em Portugal e, posteriormente adaptado ao Brasil.

Segundo a Lei das Sesmarias, o proprietário que não fertilizasse a terra para a produção e a semeasse, perderia o direito sobre ela e outro agricultor que tivesse interesse em cultivá-la a receberia. Com a Lei de Terras só poderia usufruir quem comprasse. Com isso o governo passou a ter mais controle sobre as terras devolutas, o que facilitou na distinção das propriedades particulares. Além disso, o dinheiro gerado pela venda dessas terras serviu para custear a vinda desses imigrantes.

1.1 – A POLITICA DE IMIGRAÇÃO NA PROVÍNCIA DO PARANÁ

“É este um dos assumptos que na actualidade mais prende a atenção do governo imperial e de todos aquelles que pensam no futuro que está reservado ao nosso paiz. Povoar os nossos immensos e desconhecidos territórios, levar a vida aos sertões onde a açção dos séculos amontoou thesouros de rara valia, e que ali fazem entregues ao esquecimento, eis o grande pensamento em que se fundara todas as aspirações dos brasileiros”.

(Araújo Abranches).⁴

No Paraná, desde meados do século XIX, a política imigrantista foi colocada em destaque pelos seus responsáveis políticos. Ganhando ainda mais força após sua emancipação da província paulista. Basta uma breve análise nos relatórios dos presidentes da província para que se constate isso.

O incentivo à imigração de europeus em prol do trabalho braçal foi tido como um dos pilares para a criação de uma agricultura de abastecimento e subsistência, em um contexto que a mão-de-obra era tida como escassa, sobretudo, após a abolição dos escravos. “O fator imediato e concreto era constituído pela grande pressão da demanda de braço cativo para a cafeicultura, com a conseqüente mobilização da escravaria em direção, principalmente, às fazendas paulistas”.⁵

Os escravos, que já eram em baixo número na província, devido o estado de pobreza de seus habitantes, em alguns casos, acabaram sendo revendidos para os grandes cafeicultores, o que “veio agravar os problemas relativos ao sistema de abastecimento de gêneros alimentícios”.⁶

O cultivo da erva-mate e a exportação da madeira trouxeram para o âmbito urbano as decisões políticas tomadas na Província. “As atividades de produção do mate surgiram, no primeiro planalto do Paraná, quando o governo português demonstrou seu interesse por essa exploração econômica, nos primeiros decênios do século XVIII”.⁷

O desenvolvimento urbano da cidade de Curitiba esteve estreitamente ligado á economia ervateira, uma vez que os grandes produtores de erva-mate instalaram-se na cidade,

⁴ **PARANÁ.** Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial do Paraná em 15 de fevereiro de 1875 pelo presidente Araujo Abranches. Curityba : Typ. Da Viúva Lopes, 1875.p. 21.

⁵ NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: Ocupação do Território, População e Migrações.** Curitiba : SEED, 2001. p. 71.

⁶ Ibid., p.71.

⁷ SANTOS, Carlos Roberto Antunes. **Vida Material e Econômica.** Curitiba : SEED, 2001. p.39.

promovendo a expansão do poder urbano, que anteriormente centrava-se no campo em torno dos criadores de gado.

É importante ressaltar que nesse contexto os habitantes do planalto curitibano empenhavam-se no cultivo da erva-mate, deixando assim uma lacuna na produção de alimentos agrícolas, o que tornava a província dependente de outras e até mesmo consumidora de produtos importados. Porém, “a crise do abastecimento só foi resolvida em parte pela importação”.⁸

Fatores como esse foram preponderantes para que a elite local visse a imigração de trabalhadores europeus como solução a médio prazo para esse problema. Junto com essa eminente modernização viria à transformação das relações de trabalho, que acabou por culminar na transição do trabalho escravo para livre e assalariado.

Já no ano de 1855, uma lei foi posta em vigor na província paranaense. Segundo ela, o governo ficaria desde então, autorizado a promover a imigração de estrangeiros, usando o meio mais eloqüente para atrair preferencialmente os colonos já estabelecidos no território brasileiro. Para a efetivação desses propósitos, o governo dispunha a quantia de 10:000\$000, além de outras restituições relativas aos gastos com a alimentação e o transporte desses imigrantes.

Assim como as outras províncias, o Paraná buscava ocupar os grandes vazios demográficos existentes em seu território e favorecer uma agricultura de abastecimento. Para poder sobressair em relação as outras províncias, os interessados na vinda desses imigrantes argumentavam que a região Sul do Brasil era mais favorável, por conta do seu clima ameno, se comparado com as outras regiões, assemelhando-se assim ao ambiente europeu.

Os agentes de propaganda, assim como as companhias de emigração, espalhados pela Europa, tinham como missão atrair pessoas interessadas em desafiar um *Novo Mundo*. Os que aceitavam vir para o Brasil acreditavam encontrar uma terra fértil, promissora de riquezas. A esses emigrantes foi descrito um Brasil paradisíaco. Além dessas atrativas propagandas, a possibilidade de tornarem-se proprietários de suas terras de cultivo justificou a vinda de grande parte desses emigrantes.

Uma considerável parcela dos emigrados era constituída por camponeses europeus que viviam de forma indigente, devido as grandes transformações demográficas e sociais ocorridas no decorrer do século XIX nos países da Europa, como a Pôlonia, Itália, Alemanha, Rússia e até mesmo nos países ibéricos.

Enquanto o excedente de mão-de-obra era tido como um dos agravantes na maioria das nações listadas acima, existia países como o Brasil, arregimentadores desse excedente.

⁸ Ibid., p.39.

Nessa "disputa" por imigrantes, além dos outros países da América do Sul, estava a América do Norte. Para os Estados Unidos também emigraram inúmeros europeus nesse período.

"Para que os imigrantes fossem atraídos a um país ainda escravocata, os administradores empenhavam-se em oferecer-lhes agasalhos, alimentos e atendimento desde o desembarque nos portos até sua instalação nas colônias".⁹

Porém, a viagem era longa. Os emigrados passavam dias embarcados em grandes navios cargueiros. Muitos no decorrer da viagem adoeciam, alguns chegavam ao óbito antes mesmo do desembarque e outros logo após sua chegada. Quando desembarcavam no Brasil, especificamente no porto do Rio de Janeiro, eram alojados na *Casa do Imigrante*.

Os que vieram destinados à província paranaense eram conduzidos até o porto de Paranaguá e novamente alojados em algum tipo de hospedaria, comum nesse período, entre as províncias que recebiam os imigrados. Sendo assim, finalmente eram encaminhados para as respectivas colônias.

As hospedarias que recebiam esses imigrantes, como foi descrito anteriormente, debilitados por doenças, até então desconhecidas por muitos deles, eram desprovidas de uma infra-estrutura adequada e "em todos os sentidos, esses lugares deixavam muito a desejar, em razão do grande número de pessoas que abrigavam, das precárias condições de higiene, da proliferação de doenças, da falta de alimentos e dos conflitos emergentes desta situação."¹⁰

Todo esse percurso tinha uma longa e exaustiva duração devido aos precários meios de transportes da época. E ao contrário do que fora prometido aos emigrantes ainda na Europa, a assistência dada a eles pelo governo brasileiro era falha. As dificuldades enfrentadas por eles estendiam-se desde o primeiro embarque na Europa até o destino final, ou seja, as colônias.

⁹ BUENO, Wilma de Lara. **Uma cidade bem-amanhecida:** vivência e trabalho das mulheres polonesas em Curitiba. Curitiba: Aos Quatro Ventos. 1999. p.19.

¹⁰ Ibid. p.31-32.

1.2 – O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO E OS PRIMEIROS EMPREENDIMENTOS COLONIAIS

Os colonos vindos para a região Sul, ao contrário dos colonos destinados a outras localidades do país, não eram direcionados a serem trabalhadores em grandes plantações. Os que no Paraná chegavam, recebiam lotes, de tamanhos variados de acordo com cada colônia. Eram instruídos a assinarem um título *de posse*, que os autorizava a usufruir legalmente das terras e os comprometia com o pagamento das mesmas.

A quitação dessa dívida, segundo o ideário colonizatório do governo, deveria ser feita em médio prazo. O que em muitos casos não ocorreu, pois os colonos diante das precariedades citadas acima, não tinham como angariar subsídios. O governo prestava assistência financeira por um curto período, até que o homem responsável pela família conseguisse um trabalho, o que geralmente dava-se nas obras públicas.

Até o ano de 1853, quando o Paraná se emancipou da província de São Paulo, o número de imigrantes recebidos foi pouco expressivo. Pequenas colônias foram estabelecidas, porém, a maioria delas foi mal assistidas pelos seus idealizadores, como foi o caso da colônia Superagüy, estabelecida no litoral em 1852.

As colônias não dispunham de nenhuma estrutura, as estradas de rodagem eram inexistentes e o solo não estava preparado para o plantio. Pelo fato de estarem estrategicamente mal localizadas, ficavam longe dos centros consumidores, o que impossibilitava os colonos de negociarem suas produções. Esses, entre outros fatores foram preponderantes para a insolvência desses empreendimentos.

Não somente no Sul do país, e também posteriormente a esse contexto, "o imigrante enfrentou dificuldades de toda ordem. Em muitas áreas de colonização havia problemas de demarcação de lotes, dando origem a constantes litígios".¹¹

Diante de tais carências, inúmeros colonos optaram pelo abandono das terras recebidas. Alguns reemigraram para outras colônias ou até mesmo outras províncias, porém, poucos conseguiram voltar para seu país de origem.

A adaptação foi difícil não somente pelas adversidades físicas encontradas nas respectivas colônias. Contribuíram também o isolamento cultural ao qual foram sujeitos e a dificuldade de muitos em interagirem com os habitantes mais antigos. Além disso, algumas colônias eram compostas por imigrantes de diversas etnias, o que dificultava ainda mais o

¹¹ PETRONE, Maria Teresa S. **O Imigrante e a pequena propriedade**. São Paulo : Brasiliense, 1982.

processo de acomodação dos imigrados. Desentendimentos entre imigrantes de etnias opostas eram freqüentes e estão sempre presentes nos jornais da época.

Outro fator que gerou contratempos em relação ao sucesso dos núcleos, explica-se pela pouca habilidade no cultivo da terra por parte de muitos imigrantes.

[...]Nem todos que vieram eram oriundos do campo; muitos foram recrutados entre as populações urbanas. Descontentes, desocupados e marginalizados apareceram sempre em todas as correntes imigratórias. Muito proletário sonhava em se tornar proprietário e dono de sua própria força de trabalho, mas não tinha aptidões para o trabalho da terra. (PETRONE; Maria T. S., 1982: 71).

Embora o maior propósito das autoridades brasileiras fosse atrair imigrantes camponeses, ou seja, já habituados a lidar com o plantio e o preparo da terra, muitos artesãos e pequenos comerciantes vieram para o Brasil declarando-se camponeses. Ao chegarem nas colônias, acabavam abandonando seus lotes em busca de outras atividades, quase sempre nas áreas urbanas.

Entre os empreendimentos que mais resultaram queixas dos imigrantes está a colônia do Assungui, fundada no ano de 1860. Mantida com recursos públicos, essa colônia, além de receber colonos europeus de origem variada, também abrigava nacionais.

Esse núcleo colonial, desde a sua criação, passou a ser sempre citado nos relatórios apresentados pelos presidentes da província á assembléia legislativa.

O descontentamento era evidenciado tanto pelos colonos quanto pelos empreendedores, pois a colônia, desde a sua criação, exigia grandes investimentos e apresentava pauperismos em termos de resultados.

Todo esse contexto gerou opiniões diversas em relação aos investimentos do governo em prol da imigração.

Em função dos conflitos, queixas e tensões, das expectativas frustradas em relação ao Assungui e em função do abandono das colônias por muitos imigrantes, questionava-se a eficiência da ajuda provincial e Imperial, que estaria consumindo recursos e impedindo outras ações do governo, por exemplo, na construção de estradas. (LAMB; EDGAR, 1994, p. 54).

Com exceção da colônia Assungui, outros empreendimentos, no período que corresponde à pós-emancipação da província, mesmo de forma tênue, tiveram um bom progresso. E “como resultado, ás três colônias existentes na região no momento de sua emancipação política – Rio Negro, Thereza e Superagüy – somaram-se a dezenas de outras, principalmente no decênio inaugurado pelo ano de 1870 (...)”.¹²

No decorrer da década de 1870 a política imigracionista paranaense ganhou novos contornos. Novos empreendimentos foram estabelecidos e o número de imigrantes recebidos na província teve um aumento significativo. Grande parte desses bons resultados são

¹² NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná**: Ocupação do Território, População e Migrações. Curitiba: SEED, 2001. p. 76.

comumente atribuídos ao período que coincide com o governo de Adolpho Lamenha Lins, iniciado na metade da referida década.

Sendo assim, conforme avançava a segunda metade do século XIX, e auxiliado pelo fato de que havia na Europa um número cada vez maior de pessoas que desejavam recomeçar a vida nos países novos, a imigração destinada ao fomento da pequena propriedade aumentava. Tomava rumos diferentes em relação à imigração provocada pelos cafeicultores.¹³

¹³ Ibid. p. 79.

2 – O USO DA BIOGRAFIA COMO MÉTODO DE PESQUISA

“Se designamos por A tudo o que um homem é, possui e faz, esse A é formado de a + x, onde a representa tudo que lhe vem dos elementos exteriores, a saber, de seu país, de seu povo, de sua época, etc., e o pequenino x constitui sua contribuição pessoal, a obra de sua vontade livre. Por menor que seja esse x, ele tem um valor infinito (...)”.

(Johan G. Droysen¹⁴).

Discussões a respeito do uso ou não uso da biografia como método de pesquisa histórica, alcançaram longas datas. A rejeição dos documentos biográficos sustentava-se nas críticas direcionadas ao tipo de informações contidas nas biografias, que em grande medida não correspondiam a uma história universal, principalmente no período correspondente ao século XIX.

Os trabalhos biográficos não eram vistos de acordo com as convenções da narrativa histórica, justificando assim a desaprovação dos pesquisadores desse contexto. Além disso, inúmeras biografias ao longo dos anos constituíram-se em um fácil meio de promoção do biografado. Ou seja, o “culto à personalidade de políticos, santos, reis e rainhas, enfim de personagens históricos eminentes, de elevado prestígio político, social ou religioso”.¹⁵ Isso ocorreu em grande parte devido à importância dada aos trabalhos biográficos, pelos historiadores positivistas. Uma vez que o pensamento positivista centrava-se em destacar grandes feitos, realizados por grandes homens. Essa corrente “a qual contaminou a escrita da história no final século XIX e início do século XX, contribuiu para, mais uma vez, não considerar esse tipo de texto, haja vista o esforço dos historiadores em negar a influência do positivismo”¹⁶, num contexto posterior.

¹⁴ Droysen, Johan G. citado por. LORIGA, Sabina. **A biografia como problema**. In: REVEL, Jacques (org.). Jogos de Escalas. A experiência da microanálise. Tradução: Dora ROCHA, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 233.

¹⁵ GUIMARÃES, Valéria Lima. **Em torno da biografia como um gênero histórico: apontamentos para uma reflexão epistemológica**. ANPUH, UFRJ, 2002.

¹⁶ JUNIOR, José P. de Farias. **Biografia e historiografia: contribuições para interpretação do gênero biográfico na Antiguidade**. Revista Espaço Acadêmico, n. 68. Janeiro/2007, São Paulo. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/068/68fariasjr.htm#_ftnref2. Acessado em: 14/08/2008.

Tais conotações, aliadas às teorias macrossociais, em grande evidência nos idos dos anos 60, preocupadas com o estudo das minorias, da coletividade que punha o indivíduo no anonimato, puseram em dúvida a validade da biografia enquanto um gênero para a História e transformaram-na num recurso menor, desprestigiado justamente pela crença de que o gênero biográfico possuía uma componente ideológica comprometida com as elites políticas, interessadas no culto à sua personalidade e na manutenção do seu *status quo* (GUIMARÃES; Valeria L, 2002).

Além disso, a biografia enquanto gênero, podendo ser usada em diferentes propósitos, sempre transitou entre o campo da literatura e o da história. Sua vinculação com a literatura, fez com que alguns pesquisadores a correlacionassem com a ficção, o que não condizia e não condiz com o trabalho do historiador e seu compromisso com a veracidade.

Apesar de terem persistido por boa parte do século XX, essas idéias foram repensadas a partir da década de 1980, juntamente com o surgimento de novos métodos de pesquisa e com a inovação nas abordagens teórico-metodológicas no campo da pesquisa histórica. Tais como “a história oral, os estudos sobre a cultura popular e a história das mulheres. O desejo de estender o campo da história, de trazer para o primeiro plano os excluídos da memória, reabriu o debate sobre o valor do método biográfico.”¹⁷

Nas últimas décadas, o interesse pelo trabalho biográfico ganhou espaço e tem representado um número significativo entre as pesquisas no campo da história.

Este grande interesse por biografias é um movimento perceptível em diversas correntes recentes, tais como a nova história francesa, o grupo contemporânea de historiadores britânicos de inspiração marxista, a micro-história italiana, a nova história cultural norte-americana, a historiografia alemã recente e ainda a historiografia brasileira atual. Apesar das diferenças entre as tradições historiográficas, podemos notar em todas elas o interesse pelas trajetórias singulares. (SCHMIDT¹⁸, 1997:3 citado por PIOVESAN, G. K, 2007).

Como exemplos de alguns trabalhos que são bastante referenciados, seguindo a biografia como principal meio de pesquisa, pode-se citar a obra de Carlo Ginzburg, na qual o autor retrata a trajetória de um moleiro, Domenico Scandella, mais conhecido em seu meio como Menocchio. Ginzburg relata muito mais do que o cotidiano de um diferenciado sujeito do século XVI. Demonstra que embora “comparado com seus conterrâneos, o moleiro foi um homem bem diferente, mas não deixa de ser representativo. A singularidade de Menocchio tem seus limites, da cultura da época e da própria classe”.¹⁹

Entre os autores que discutem as abordagens do gênero biográfico enquanto pesquisa histórica está Sabina Loriga. A autora, em seu trabalho intitulado *A Biografia como*

¹⁷ LORIGA, Sabina. **A biografia como problema**. In: REVEL, Jacques (org.). Jogos de Escalas. A experiência da microanálise. Tradução: Dora ROCHA, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 224.

¹⁸ SCHMIDT, Benito. **Construindo biografias**. Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n 19, 1997.

¹⁹ PIOVESAN, Greyce Kely. **Biografia, trajetória e história**. IV Encontro Regional Sul de História Oral: culturas, identidades e memórias, 2007, Florianópolis. Anais eletrônicos. Florianópolis: UFSC, 2007.

Problema, discorre sobre três autores, de épocas distintas, que também se apropriaram do uso da biografia. O primeiro deles Thomas Carlyle, o qual, segundo Loriga, acreditava que história poderia ser interpretada através dos "grandes homens" causadores de grandes feitos, o que ela intitula como *O Homem Herói*.

O segundo, Jacob Burckhardt, assim como Carlyle também defendia a grandeza histórica, porém, para ele antes do herói viria o indivíduo, aquele que sofre, sente e é mortal. Burckhardt era contrário a idéia romantizada do herói que aparentemente era imune aos acontecimentos do mundo. A autora reconhece esse homem "criado" e estudado por ele como *O Homem Patológico*, aquele que sofre.

Já Hippolyte Taine, figura como o terceiro autor analisado pela autora. Taine, ao contrário dos autores anteriormente citados acima, "detestava o hábito que tinham tantos historiadores de transformar uma pessoa em missionária da providência ou em símbolo de uma civilização, e estava bastante decidido a ir procurar os homens em suas oficinas, seus escritórios, ao ar livre e à luz do sol, em sua terra e em suas casas"²⁰. Loriga nomeia o homem analisado pelo autor como *O homem partícula*, aquele é que é visto de forma fragmentada, porém, relevado e inserido no contexto onde vive.

Baseando-se nas reflexões de Loriga, buscou-se compreender a política imigratória provincial no Paraná, entre os anos de 1875 e 1877, traçando a biografia de Adolpho Lamenha Lins. Assim é importante esclarecer que o objetivo da pesquisa não é enaltecer um herói ou apresentá-lo como único no seu contexto, mas sim em analisá-lo "como sujeito com capacidade de influenciar o meio no qual viveu; além de constatar a ingerência desse meio na sua trajetória pessoal"²¹

²⁰ Loriga, op. cit., p. 241.

²¹ DAS MERCES, J. S. Pinto. **Basílio de Guimarães**. Trajetória e estratégia de mobilidade social (1874- 1957). UFSJ, 2005. Disponível em: http://gabi.ufsj.edu.br/Pagina/pghist/dissertacoes_e_monografias.php Acessado em: 17/09/2008.

2.1 – PERFIL POLITICO DE ADOLPHO LAMENHA LINS

Adolpho Lamenha Lins nasceu no ano de 1845, na cidade do Recife, em Pernambuco, onde também estudou e recebeu o título de bacharel em Leis²². De família abastada e tradicional, neto de marquês e filho de um coronel, Lamenha casou-se pela primeira vez com uma de suas primas, Maria Leonor Corrêa de Sá e Benevides, com quem teve seu único filho. Posteriormente, após ter ficado viúvo, casou-se novamente com Cândida de Oliveira, cujo nome foi dado à primeira colônia estabelecida em seu governo na província paranaense.

Lamenha Lins iniciou a sua carreira política exercendo o cargo de promotor público na Província de Alagoas. Na seqüência, além de secretário do governo e deputado da Província de Pernambuco, foi também diretor da Sociedade Emancipadora do Recife.

Antes de ser nomeado pelo governo imperial para assumir a presidência da Província do Paraná, já havia presidido a Província do Piauí no ano de 1874, porém não permaneceu no cargo, tendo solicitado, exoneração naquele mesmo ano.

Nesse mesmo período também chegou a ser nomeado presidente da Província do Amazonas, contudo, se negou a assumir o cargo. Os motivos que o levaram a tomar essa decisão são desconhecidos. O que se sabe, no entanto, é que, logo após ter declinado desse convite, Lamenha Lins foi nomeado a presidência da província paranaense.

No Paraná, ocupou o cargo de presidente de província, “sendo nomeado através de um ato imperial em 10 de abril de 1875, tomando posse no dia 8 de maio.”²³ Exerceu o cargo por aproximadamente dois anos e, mesmo após ter sido destituído em 1877, permaneceu na província, pois foi nomeado, na seqüência, para assumir o cargo de Inspetor Especial de Terras e Colonização. Tudo indica que foi nomeado para esse cargo com o objetivo de auxiliar e dar continuidade aos empreendimentos ligados à imigração e, principalmente, ao desenvolvimento do cultivo de cana e na industrialização do açúcar no litoral da província, cujo projeto Lamenha Lins já mencionara em seu relatório de 1876.

²² Equivalente ao curso de Direito.

²³ SANTOS, Ayrton Ricardo dos. **Lamenha Lins e o engenho central de Morretes**. BIHGEP, Vol. XLIX, 1995. p. 8.

No distrito de Antonina já se fabricou excelente açúcar branco, mas abandonaram esta indústria pela aguardente que é mais fácil e lhes dá mais lucro.

A aguardente ali fabricada é de 1ª qualidade, e a dos demais distritos do litoral, do Assungui, do Ivaí, e outros lugares dá para o consumo da província e às vezes é exportada²⁴.

Entretanto, sua permanência no cargo não chegou a completar quatro meses. A exoneração foi atribuída a sua candidatura a deputado geral da Assembléia Legislativa do Paraná, o que havia sido previamente proibido a ele no momento em que o referido cargo lhe fora confiado.

Politicamente era considerado liberal, tendo sido um “partidário entusiástico do movimento em prol da libertação dos escravos, foi ativo auxiliar da idéia da emancipação que, aliás, empolgava o país”²⁵, no contexto da segunda metade do século XIX. Seu envolvimento com os ideais abolicionistas, provavelmente explicam sua defesa em prol da imigração de trabalhadores europeus e livres.

É importante lembrar que a sua formação acadêmica, pode ter influenciado muito na sua visão política. Lamenha Lins recebeu o título de bacharel em Direito no ano de 1867. Nesse contexto, as ideologias liberais européias ecoavam no mundo todo, inclusive no Brasil. A criação das Escolas de Direito no Brasil foi uma forma encontrada pela elite política da época, em difundir os ideais liberais como uma nova diretriz para as abordagens políticas e jurídicas. Entre as escolas fundadas no decorrer do século XIX, destacam-se a da Província de São Paulo e a da também provinciana Escola de Direito do Recife.

Os primeiros bacharéis em Direito formados no Brasil, principalmente no período correspondente a formação de Lamenha Lins, ocupavam o papel dos principais intelectuais do país. Visto que eram iniciados politicamente ainda dentro da academia, tinham mais probabilidades em ocupar cargos públicos, como de fato ocorria.

Embora as ideologias liberais que vigoraram no Brasil tenham tido significantes diferenças em relação às que eram propagadas pela Europa, caracterizadas pela luta da classe burguesa emergente, versus o privilégio desfrutado pela nobreza, o “liberalismo disseminado no Brasil servia para garantir os interesses das oligarquias e dos grandes latifundiários, que eram a classe dominante na época, detentoras da propriedade privada e dos meios de produção de riqueza.”²⁶ O Brasil que por boa parte do século XIX, manteve sua mão-de-obra escrava,

²⁴ As citações longas explicitadas no decorrer do trabalho que contemplarem trechos dos relatórios provinciais, apresentados por Adolpho Lamenha Lins, serão transcritas para o português atual para facilitar a compreensão da leitura.

²⁵ CARNEIRO, David. **História do período provincial do Paraná**: Galeria de presidentes da província. Curitiba: Banestado, 1994. p 261.

²⁶ ANDRADE, Gisele C. **Formação do Bacharel em Direito no século XIX**. 2006. Disponível em: http://www.direitonet.com.br/artigos/x/29/67/2967/#perfil_autor Acessado em: 18/11/2008.

contradizia-se com as ideologias liberais, defensoras da igualdade e liberdade entre os homens. “Constata-se que essas duas diretrizes praticamente desapareceram neste país, haja vista que a escravidão foi mantida, [onde] a troca de favores era uma prática constante e as desigualdades econômicas e sociais aumentavam cada vez mais.”²⁷

Eliminar esses contrastes evidentes entre a ideologia liberal e a então atual situação política vigente dentro daquele contexto, ressurgia, assim, como um dos grandes desafios objetivados pelos declarados abolicionistas.

Afinal, os princípios liberais construídos ao longo de Setecentos (retomando a idéia de Natureza) erigiam a liberdade em direito e assim, a escravidão deixava de ser vista sob o ponto de vista religioso, para ser discutida como atentado ao direito à liberdade. O pensamento que foi sendo elaborado no Setecentos condenava a escravização dos negros no Novo Mundo, na medida em que contestava, na realidade, todo o antigo regime. (PRADO; 2002:93).

Portanto, é nesse contexto social e político que Adolpho Lamenha Lins estava inserido. Embora tenha assumido a presidência da Província do Paraná com pouco mais de trinta anos de idade, já demonstrava ter uma relevante experiência política. Tanto que as medidas tomadas por ele no decorrer de sua gestão são atribuídas as suas experiências políticas adquiridas em outras províncias o que “forneceu-lhe uma visão até certo ponto crítica dos procedimentos imigrantistas que ocorriam em âmbito nacional.”²⁸ Porém, é importante lembrar, que dentro desse contexto, era comum que homens de famílias abastadas, instruídos academicamente, ocupassem cargos públicos ainda muito jovens, como já foi mencionado no presente trabalho. Sendo assim, Lamenha Lins não deve ser transposto como um homem que foi exceção em seu contexto, pois, a seu exemplo, vários outros ocupantes de cargos públicos, acumularam experiências em diferentes funções, ainda bem jovens.

²⁷ Ibid. (s. p.)

²⁸ BUENO, Wilma de Lara. **Uma cidade bem-amanhecida**: vivência e trabalho das mulheres polonesas em Curitiba. Curitiba: Aos Quatro Ventos. 1999. p. 22.

2.2 – LAMENHA LINS E A REPRESENTAÇÃO DE SUA GESTÃO NA HISTORIOGRAFIA

O nome de Lamenha Lins é encontra-se facilmente em trabalhos acadêmicos, livros e em pesquisas de um modo geral, que abordam temas ligados a imigração, sejam relacionados a alguma etnia específica ou não. Seu governo é sempre usado como assunto de contexto e é interessante observar, que embora o número de pesquisas em torno da imigração e a figura de Lamenha Lins seja bastante significativo na contextualização das mesmas, ainda não houve a realização de uma pesquisa analisando seu perfil do ponto de vista político, bem como as representações que ele tinha sobre a imigração. Arrisca-se até uma análise sobre sua personalidade, exaltando algumas das suas supostas características.

Homem de ação, bom político, hábil e simpático no trato das pessoas, logo superou a frieza com que fora recebido. Em pouco tempo, por essas qualidades e pela firmeza, bom senso e serenidade que imprimia aos atos governamentais, conquistou a amizade e o respeito dos paranaenses. (AYRTON; Santos: 1995:9)

Certo traço romântico também é atribuído a ele. E essa atribuição é justificada ao seu envolvimento com uma sobrinha, anos mais nova. Contraopondo sua família, Lamenha Lins teria a raptado e se casado com ela²⁹. Porém, muito pouco foi escrito a respeito de sua vida pessoal. Sua origem e sua formação política não são assuntos abordados com ênfase pela historiografia.

Em relação a sua gestão na Província do Paraná, a historiografia, afirma que ele teria implantado um novo sistema de colonização fundando diversas colônias nos arredores de Curitiba, diferentemente dos modelos já organizados na província e até mesmo no Brasil. A inauguração desse sistema atribui-se a sua posterior constatação das experiências já empreendidas no território paranaense, Sendo assim,

[...] após tomar conhecimento das experiências pioneiras do Estado e particulares das grandes colônias, dentre elas: Superagüi, Assungui, Ivaí, Alexandra, Eufrasina, Pereira e Colônia Militar do Jataí e dos Aldeamentos de São Pedro de Alcântara, de São Jerônimo e de Parapanema, e ainda das colônias municipais existentes no rocio de Curitiba: Colônia Argelina (1869), Pilarzinho (1871) e Abranches (1873). (NUNES; 2001:78).

Após as observações feitas nas respectivas colônias, o governo de Lamenha Lins teria identificado as principais falhas e causas das insolvências nesses empreendimentos. Tais como a infertilidade solo, a localização dos núcleos longe das principais estradas de rodagem, que dificultava o transporte das produções geradas dentro dos núcleos coloniais.

Diante dessas constatações foram formuladas propostas de melhorias. E as mesmas são evidenciadas como um diferencial em prol da imigração e da resolução dos problemas

²⁹ CARNEIRO, David. **História do período provincial do Paraná: Galeria de presidentes da província.** Curitiba: Banestado, 1994. p 262.

apresentados nas colônias já estabelecidas no território paranaense. Assim, o discurso presente refere-se à gestão de Lamenha Lins como elaboradora de “um projeto de largo alcance e de sucesso garantido para atrair o imigrante estrangeiro.”³⁰ Seja ele proferido pela historiografia recente, ou através de pesquisas mais antigas, há uma coerência entre as opiniões, nas quais a afirmação desse discurso prevalece.

Sua gestão é sempre posta como a que “dinamizou a localização das colônias agrícolas nas proximidades dos centros urbanos com o objetivo de colocá-las junto aos mercados consumidores.”³¹

Na maioria das obras analisadas, os discursos de Lamenha Lins, transpostos através dos seus relatórios apresentados à Assembléia do Paraná, são citados e seus dados repetidos. Sua gestão, mais tarde compreendida pela denominação de Linista, é apontada como a administração que fez do problema imigratório a sua principal meta.³²

Sendo assim, sua gestão teria promovido uma intensa atividade colonizadora, que abrangeu principalmente o rocio de Curitiba, estendendo-se até o planalto curitibano. As colônias fundadas por ele situavam-se em uma distância da capital, variável entre trinta quilômetros.³³

Por vezes, também é visto como o presidente que deu voz a defesa da política imigratória. E as suas argumentações apontadas como “característica[s] do pensamento liberal, [que] demonstrava[m] uma descrença em relação à intervenção do Estado na administração das colônias”³⁴, embora essa ligação de Lamenha Lins com as ideologias liberalistas sejam pouco evidenciadas pelos autores.

Assim como também não é explicitada a opinião dos opositores políticos à gestão Linista. Apenas alguns indícios são levantados sobre a opinião daqueles que se contrapunham às medidas tomadas por ele no decorrer da sua gestão:

³⁰ BUENO, Wilma de Lara. **Uma cidade bem-amanhecida**: vivência e trabalho das mulheres polonesas em Curitiba. Curitiba: Aos Quatro Ventos. 1999. p. 23.

³¹ ANDREAZZA, Maria Luiza. **O Paraíso das Delicias**: um estudo da imigração ucraniana. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999. p. 44.

³² WACHOWICZ, R. C. **Santa Cândida**: Pioneira da colonização Linista. Fundação Cultural de Curitiba, 1975. p. 4.

³³ BALHANA, Altiva Pilatti, PINHEIRO MACHADO, B., WESTPHALEN, C. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. p. 163.

³⁴ LAMB, Roberto Edgar. **Uma Jornada Civilizadora**: Imigração, Conflito Social e Segurança Pública Na Província do Paraná – 1867 a 1882. Dissertação de Mestrado, UFPR: 1994. p. 56.

Ao principio, acusaram-no de comprar caro os terrenos, alegando-se que, longe no interior, poderia obter grandes extensões por preço muito menor. Mas ele respondia com razão que seria inepto reunir colônias longe dos centros populosos e estradas fáceis, pois os produtos colhidos não encontrariam consumo (...) (MONTEIRO³⁵; ?).

Os jornais que eram vinculados no período traziam mais detalhes dessas críticas, principalmente no fim da gestão de Lamenha Lins, como exemplifica o trecho publicado no jornal *Província do Paraná*³⁶, sob o título “*Parabéns á Província*”:

Acha-se, afinal, destituído da presidência desta província o atrabilitário pró-consul que tantos e tão grandes males tem derramado sobre ela, no longo período da mais nefasta administração que tem infelicitado o Paraná.

Ao que tudo indica, sua gestão foi bastante criticada por conta dos gastos por ele empreendidos, pois, foi grande o número de obras executadas no decorrer do seu governo, sejam elas direcionadas a reformas de estradas, alargamento ou abertura das mesmas, assim como na construção de pontes, capelas entre outros empreendimentos, como a compra dos lotes para o assentamento dos numerosos imigrantes recebidos entre os anos da sua administração.

³⁵ MONTEIRO, TOBIAS. Do Rio ao Paraná. (?) citado por CARNEIRO, David. **História do período provincial do Paraná: Galeria de presidentes da Província**. Curitiba: Banestado, 1994. p 264.

³⁶ Província do Paraná. 7/1877. (?) citado por SANTOS, Ayrton Ricardo dos. **Lamenha Lins e o engenho central de Morretes**. BIHGEP, Vol. XLIX, 1995. p. 29.

3- PRINCIPAIS ENFOQUES DADOS PELA GESTÃO DE ADOLPHO LAMENHA LINS

No decorrer de seu governo, como prestação de contas a Assembléia legislativa do Paraná, Lamenha Lins apresentou três relatórios. O primeiro datado em 15/02/1876 contendo 153 páginas, o segundo de 15/05/1877 com 142 páginas e o terceiro com a data de 16/07/1877, contendo apenas 24 páginas e um anexo datado em 17/08/1877³⁷, todos tipografados pela Viúva Lopes. A apresentação desse tipo de documento não se restringe somente a gestão de Lamenha Lins, todos seus antecessores, assim como seus sucessores foram incumbidos de tal exercício.

Era de praxe que os relatórios fossem iniciados com discussões resumidas a respeito da situação econômica, política e social da província. Assim, como através deles, eram informadas as condições a qual se encontrava a família real, tanto dos membros que se presentes no Brasil, quanto aqueles que na Europa estavam.

Seguindo o padrão de relatórios já apresentados, a gestão de Lamenha forneceu informações minuciosas a respeito de seus gastos, empreendimentos e de forma geral de todos os acontecimentos mais importantes na província.

No início de sua gestão, Lamenha Lins expõe alguns de seus propósitos e compromissos³⁸:

Posso assegurar-vos que não me tem faltado bons desejos e disposição para iniciar e realizar os melhoramentos morais e materiais de que tanto carece esta província; mas ante os embaraços financeiros que encontrei, preferi cingir-me ao que fosse mais urgente e indispensável, a comprometer ainda mais as finanças da província. [...]Na exposição que passo a fazer-vos – trabalho cuja imperfeição sou o primeiro a reconhecer – não encontrareis as flores de uma eloquência que estou longe de possuir; porem achareis, na linguagem positiva das cifras e dos dados oficiais, a verdade sobre o estado da província e suas mais palpitantes necessidades.

A respeito dos assuntos políticos, a primeira questão abordada por ele faz menção ao impasse travado entre a Província do Paraná e a Província de Santa Catarina, em relação às demarcações de suas divisas. Lamenha Lins se coloca prontamente contra as reivindicações da província catarinense afirmando que devido à grande extensão do território paranaense, queria a outra parte enriquecer-se de seu patrimônio. O desentendimento entre as duas províncias ganha destaque nos dois primeiros relatórios apresentados por ele, onde afirma que os desentendimentos entre as duas províncias tinha ganhado tal amplitude que estariam até ameaçando a segurança pública. A parte dedicada a esse assunto no relatório é bastante significativa, porém, não cabe a esse trabalho ser enfatizada.

³⁷ Para uma melhor compreensão do texto, os relatórios serão referenciados ao longo dos capítulos como primeiro, segundo e terceiro, seguidos da numeração das páginas consultadas.

³⁸ Primeiro relatório, p. 2-3.

Entre dados tabelados, informativos a respeito da gestão pública e questões de segurança, saúde e bem estar da população provincial, estão críticas as ruins condições das igrejas encontradas nas freguesias. Inclusa nessas estatísticas encontrava-se a igreja matriz de Curitiba, que segundo é relatado estava em estado de ruínas, o que a impossibilitava de uma reforma. Esse fator justifica a demolição do antigo prédio e o início da construção da atual catedral. Porém, sua administração foi responsável pelo início dessas obras, concluídas quase duas décadas depois.

Outro assunto bastante destacado em sua gestão foi à educação pública. Posta como indispensável para a formação de cidadãos conscientes, que por meio da educação deveriam conhecer seus direitos e contribuir para o progresso do povo paranaense. E é nos trechos onde se refere à educação que o discurso Linista mais se aproxima dos ideários liberalistas, sempre buscando exemplos no sistema educacional europeu.

Tal importância dada à educação era exemplificada com a justificativa de que a despesa empenhada com este assunto correspondia à quarta parte da receita da província. Além disso, a instrução primária, a instrução primária superior e a instrução secundária superior seriam de grande valia na província, como é descrito no relatório: “necessária se torna a criação de cadeiras de instrução primaria superior, preparação indispensável aos que se consagram ao magistério.”³⁹

Na sua gestão foi fundada a Associação Propagadora de Ensino, cuja finalidade seria a promoção de conferências literárias noturnas, a exemplo da Europa e de alguns países da América. A respeito dessas medidas, através do relatório⁴⁰, Lamenha Lins informa que:

Conhecendo os excelentes resultados que tem produzido nos países cultos as conferencias publicas, procurei acomodá-las aos negócios do ensino, visando o aperfeiçoamento dos métodos pedagógicos, e a utilidade imediata dos professores públicos. Para que semelhantes discussões, sempre interessantes e proveitosas, não funcionassem em circulo demasiadamente estreito, institui que o resumo daquelas fosse publicado no jornal oficial para o conhecimento dos professores da província.

Em seu último relatório, o presidente justifica que boa parte dos gastos da província no decorrer do seu mandato, tão criticados pela oposição, foram destinados ao carente sistema de ensino que até então figuravam o território provincial:

O estado financeiro da província, posto não seja, como adrede se propala ruinoso e desanimador, não é toda via satisfatório (...) O considerável aumento de despesa que ao desenvolvimento da instrução publica primaria e secundaria da província trouxe (...)⁴¹.

³⁹ Primeiro relatório: p. 50.

⁴⁰ Segundo relatório: p. 52.

⁴¹ Último relatório: p. 11.

Em relação às obras públicas, em sua gestão, foram realizadas mais reformas do que construções. Principalmente no que diz respeito às reabilitações de estradas bastante importantes no contexto, pelo grande fluxo de transeuntes. Entre elas encontra-se a Estrada da Graciosa, caracterizada como uma das principais vias da província, pois a mesma ligava a capital ao litoral. Segundo ele, embora muitos desacreditassem na reestruturação da estrada, devido aos poucos recursos financeiros que a província dispunha, diante de tantas dívidas herdadas da gestão anterior, a reconstrução da estrada foi concluída, tendo ele pessoalmente inspecionado no intuito de apressar e garantir as obras.

Estradas no interior da província também são citadas em seu primeiro relatório, onde ele descreve a precária situação de algumas, ressaltando a importância da reestruturação dessas vias, como a que ligava Jaguaraiá a Itararé⁴²:

A distância entre estes dois pontos é de 33 quilômetros [...] Nos 17 passes que se encontram nesta estrada e na ponte sobre o rio Itararé, divisa desta província como a de S. Paulo, é preciso fazer alguns reparos. A descida e subida do Jaguaricatú de fortíssimos declives, são passagens perigosas que devem ser com toda a urgência melhoradas. É preciso fazer ali uma cava que facilite o transito; esta obra pôde ser feita sem grande dispêndio, e não deve ser adiada.

Os relatórios apresentados pela gestão Linista, apropriam-se de números estatísticos para estabelecer comparações com as administrações anteriores. E esse método fica bastante evidente quando são apresentadas tabelas com dados informativos, com o intuito de colocar o governo de Lamenha Lins de forma sobressalente aos anteriores. Evidencia-se essa estratégia quando o assunto abordado nos relatórios se diz respeito à segurança e o número de crimes cometidos, e as respectivas prisões efetuadas no decorrer de sua gestão. Através de quadros demonstrativos esses dados são comparados aos obtidos nos quatro anos anteriores a sua administração.

⁴² Ibid. p. 68.

Os dados são favoráveis ao governo de Lamenha Lins, onde é enfatizado que os resultados demonstravam o brio do povo paranaense onde os mesmos procuravam “manter os foros de morigerados e ordeiros, que conquistaram por sua boa índole e amor ao trabalho.”⁴³

No mesmo trecho ele segue afirmando:

De fato, o exame comparativo do número de crimes praticados no ultimo quinquênio apresenta um resultado bastante lisonjeiro para os habitantes dessa província. É assim que o numero de crimes cometidos no ano ultimo é notavelmente inferior ao dos praticados em qualquer dos anos anteriores.

Através das análises submetida aos relatórios, foi esse o único trecho encontrado no qual ele se refere aos paranaenses como *morigerados* e *trabalhadores*, no mais, esses termos foram apenas usados como referência aos imigrantes. Além do mais, as estatísticas apresentadas no relatório, parecem ter o intuito de demonstrar a boa convivência entre os imigrados e os nativos da província.

Aceresce que além do seu desenvolvimento natural, tem a população da província recebido considerável incremento com a imigração estrangeira, sem que o aumento da população influísse proporcionalmente no numero de crimes praticados.⁴⁴

⁴³ Segundo relatório: p. 15.

⁴⁴ Ibidem p. 15.

3.1- SEUS PROPÓSITOS EM RELAÇÃO À IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

A política imigratória, sem questionamentos foi um dos principais enfoques dados pela gestão de Lamenha Lins. Porém, é relevante lembrar que diante sua defesa a abolição da escravatura, a preferência por uma mão-de-obra alternativa, branca e, segundo as próprias observações de Lamenha Lins, *morigerada e laboriosa* é justificável.

É interessante observar que o primeiro relatório de sua gestão, na parte destinada aos assuntos da imigração, inicia-se com uma contextualização da atual situação política do Império, destacando as intervenções por parte da Inglaterra e a pressão ao governo central brasileiro no intuito do cessar do tráfico negreiro. Manifestando-se favorável as medidas tomadas pelo governo brasileiro, Lamenha Lins afirma que “foi em homenagem aos brios nacionais que o Brasil fez cessar em um ano o que a força do canhão estrangeiro não conseguiu fazer em vinte anos.”⁴⁵ Embora ele não deixe de ressaltar que

A cessão do tráfico pôs em apuros o lavrador brasileiro, para conseguir os braços que faltavam, teve de comprar escravos por alto preço, sujeitando-se a débitos com grandes juros que elevaram a dívida hipotecaria do império a uma soma enorme, tocando a Província do Paraná a de 315:931\$[réis].

Nesse mesmo trecho Lamenha Lins já apontava falhas não só nos núcleos coloniais estabelecidos na província, mas também criticava a atual política de imigração adotada pelo Governo Imperial, e em contraposição lançava novas propostas. Segundo Lamenha, o território possuía condições privilegiadas para receber os colonos europeus e, o Paraná seria dentre as províncias “do império, [a] mais apropriada para receber em seu seio imigrantes de todos os paizes, colonos laboriosos que procuram novo lar e uma patria onde encontrem o seu bem estar e elementos para afirmar o futuro de seus filhos”.⁴⁶

Semelhante aos outros presidentes da província, Lamenha almejava atrair correntes de imigração espontânea. Mas para o alcance dessa meta, algumas mudanças que variavam desde a abordagem feita ao imigrante ainda em seu país, até o transporte dessas pessoas, precisariam ser implantadas. As seis melhorias propostas por ele, tidas como bases para a política de imigração em seu governo foram⁴⁷:

⁴⁵ Primeiro relatório: p. 77.

⁴⁶ Ibid. p. 78.

⁴⁷ As propostas foram apresentadas no relatório presidencial datado em 15/02/1876 e transcritas para o português atual em forma de tópicos para melhor compreensão.

- Dizer a verdade ao imigrante sobre a nova pátria que vem procurar e, em vez de poéticas descrições e exageradas promessas, convencê-lo de que temos a seu alcance terras fertilíssimas, e promovemos a construção de boas vias de comunicação.
- Facilitar-lhe o transporte, evitando que o imigrante sofra privações e mau tratamento até o termino de sua viagem.
- Dividir bons lotes de terras nas vizinhanças dos centros populosos e fazê-los comunicáveis por estradas de rodagens.
- Fazer o colono aderir a terra que habita, pelo direito de propriedade, facilitando-lhe a aquisição dela.
- Evitar que o imigrante, ao chegar, sofra vexames que o abatam o animo, aos seus primeiros passos em regiões desconhecidas.
- Estabelecer bem o colono, com todos os favores prometidos, e depois libertá-lo de qualquer tutela, deixando-o sobre si, e entregue ao desenvolvimento de sua própria iniciativa.

Ainda segundo as informações descritas no relatório, à vinda e o alojamento dos imigrantes para a província, dentro das possibilidades propostas acima, seriam mais vantajosas economicamente do que a forma até então empregada pelo governo central. Uma comparação é estabelecida entre os gastos para o assentamento de imigrantes em colônias como Argelina (1869), Pilarzinho (1871) e Abranches (1873)⁴⁸, ou seja, colônias próximas à capital da província e a quantia já empenhada pelo governo na manutenção da colônia Assungui.

Considerados pelo lado econômico, os núcleos coloniais nos arredores da cidade levam ainda grande vantagem sobre as colônias mantidas pelo Estado (...). O estabelecimento de um núcleo de 10 famílias pode custar 20 contos de réis, incluindo a compra do terreno, construção de casas e todos os favores que a lei dispensa ao colono; fica ele perfeitamente estabelecido e habilitado a dedicar-se á lavoura e á indústria certo de que encontra mercado fácil para vender o produto do seu trabalho. (...) Se tomarmos para exemplo das colônias do Estado a do Assungui o contraste então será completo (...). Elevando-se as despesas anuais da colônia à cerca de cem contos de reis (...).⁴⁹

O menor custo gasto para a fundação dessas colônias, em parte, justifica-se pela não necessidade da construção de novas estradas de rodagem. “O aproveitamento dos terrenos contíguos às estradas carroçáveis já existentes, como a Graciosa [e] a estrada de Mato Grosso que ligava Curitiba com os sertões dos Campos Gerais”⁵⁰, foi sem duvida o eixo preponderante na escolha dos locais para criação das colônias em sua gestão.

⁴⁸ WACHOWICZ, Ruy C. **Santa Cândida: Pioneira da colonização Linista**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1975. p. 5.

⁴⁹ **PARANÁ**. Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial do Paraná em 15 de fevereiro de 1876 pelo presidente Adolpho Lamenha Lins. Curitiba : Typ. Da Viúva Lopes, 1876.p. 79.

⁵⁰ WACHOWICZ, op. cit. p. 5.

3.2– AS COLÔNIAS FUNDADAS NO DECORRER DA GESTÃO LINISTA

Quando Lamenha Lins assume a gestão da Província do Paraná, a mesma já dispunha de alguns empreendimentos coloniais. Algumas colônias localizadas no interior da província, outras na região litorânea, assim como os núcleos que serviram de exemplo para sua gestão, nos arredores do rocio curitibano que já forneciam subsídios agrícolas para a capital, embora a produção fosse pouco significativa.

Sendo assim, é importante ressaltar que além de Lamenha Lins outros presidentes também focaram a criação de um sistema agrícola eficiente que colaborasse com o suprimento da carente demanda de produtos de subsistência. Entre eles destacam-se Zacarias de Góes e Vasconcelos, Venâncio José de Oliveira Lisboa, Frederico José Cardoso de Araujo Abranches e Taunay, políticos que estiveram à frente da província no período anterior e posterior a gestão Linista.

Ao fazer um balanço sobre as condições apresentadas pelas colônias já estabelecidas na província, a gestão Linista estabelece uma série de apontamentos para o não desenvolvimento das mesmas. Entre as principais causas da insolvência de alguns núcleos coloniais estavam, além da distância estabelecida entre o centro urbano e os núcleos como já foi mencionado, as precárias condições do solo, tidos como inférteis, assim como também o terreno doado a cada família de imigrantes, considerados relevantemente pequenos e insuficientes para o bom cultivo das plantações.

O primeiro núcleo estabelecido após sua posse foi à colônia Santa Cândida. Composta por colonos poloneses, vindos da *Antuérpia*, o núcleo abrigou inicialmente um número aproximado a duzentos imigrantes. Localizada a oito quilômetros da capital da província, Santa Cândida, seria apontada posteriormente como a pioneira na inauguração da política Linista na província. Entre as outras colônias fundadas durante sua gestão que circundavam a capital estão Órleans, D. Pedro, D. Augusto, Tomás Coelho, Lamenha⁵¹, Santo Inácio e Riviera.

Porém, ao fazer uma análise comparativa entre a distância das colônias estabelecidas pelo governo de Lamenha Lins e os seus antecessores, como por exemplo o de Lisboa ou Abranches, e as colônias assentadas por seus governos como Pilarzinho, São Venâncio e a Colônia Abranches constata-se que a maioria delas possuíam distâncias tão próximas, ou até

⁵¹ Seguindo o exemplo de gestões anteriores, no decorrer do governo Linista também foi nomeada uma das colônias em referência ao nome do presidente.

mesmo inferiores a capital, se comparadas às colônias Santa Cândida, Órleans ou Santo Inácio, criadas no decorrer da gestão Linista.

A tabela a seguir, ilustra as informações expostas acima:

TABELA 1- COLÔNIAS ESTABELECIDAS NO PARANÁ

| Ano | Município | Colônia | Distância da Sede Municipal | Área em Hectares | Número de Lotes | Número de Imigrantes |
|------|-----------|---------------|-----------------------------|------------------|-----------------|----------------------|
| 1869 | Curitiba | Argelina | 3 km | 276,0 | 32 | 117 |
| 1870 | Curitiba | Pilarzinho | 3 km | 500,0 | 50 | 242 |
| 1871 | Curitiba | São Venâncio | 12 km | 300,0 | 31 | 160 |
| 1873 | Curitiba | Abranches | 6 km | 720,0 | 82 | 223 |
| 1875 | Curitiba | Santa Cândida | 8 km | 613,0 | 64 | 340 |
| 1875 | Curitiba | Órleans | 10 km | 377,0 | 65 | 290 |
| 1875 | Paranaguá | Alexandra | 14 km | 1.600,0 | 80 | 320 |
| 1875 | Paranaguá | Pereira | 20 km | 880,0 | 40 | 115 |
| 1876 | Curitiba | Santo Inácio | 3 km | 358,8 | 70 | 334 |
| 1876 | Curitiba | Lamenha | 12 km | 922,4 | 139 | 746 |
| 1876 | Curitiba | D. Augusto | 12 km | 199,8 | 35 | 281 |
| 1876 | Curitiba | D. Pedro | 15 km | 266,1 | 24 | 98 |
| 1876 | Araucária | Tomás Coelho | 17 km | 1.665,4 | 270 | 1.295 |
| 1877 | Curitiba | Riviére | 16 km | 825,0 | 97 | 406 |
| 1877 | Morretes | Nova Itália | 2 km | 1.333,0 | 154 | 150 |

FONTE: BALHANA, Altiva Pilatti, PINHEIRO MACHADO, B., WESTPHALEN, C. (1969)

Esse desencontro de informações no discurso de Lamenha Lins apresenta contradições entre o que foi por ele propagado e o que efetivamente foi feito. Em relação à distribuição dos lotes e os auxílios prestados aos imigrantes recém chegados, o relatório informa que

Medidos e demarcados lotes de terras de cultura nos arredores da cidade, traçadas as estradas, entregasse um lote a cada família, com uma casa provisória, regularmente construída. Ao colono maior de dez anos dá-se como auxílio de estabelecimento 20\$000 [réis]. Logo que o colono se estabelece é empregado na construção das estradas do núcleo recebendo a ferramenta necessária e cessa então a alimentação por conta do governo.⁵²

Após o cessar da ajuda governamental, ficava o colono pendente a sua própria iniciativa. E é relevante ressaltar que, por receber esse auxílio, os imigrantes assumiam uma dívida com o governo, que deveria ser paga num prazo variável a cinco anos. Nela estavam embutidos os gastos relacionados à chegada do colono, ao preço das terras, casa e acessórios como machados, enxadas, sementes e grãos, entre outros utensílios, voltados para o plantio agrícola.

A proposta da gestão Linista em trazer as colônias para as proximidades do âmbito urbano justificava-se também como uma forma de facilitar o pagamento da dívida adquirida pelos colonos. Pois, “achando na cidade prompto mercado para o producto de sua lavoura e fácil consumo de lenha, hortaliças, e produtos de pequenas industrias, o colono pode[ria] em

⁵² Segundo relatório: p. 50.

tempo breve libertar-se dessa dívida para com o Estado e habilitar-se em desenvolver a sua lavoura.”⁵³

O estabelecimento do colono próximo ao centro comercial, segundo discorre o relatório, facilitaria a adaptação do mesmo, promovendo uma interação com os já habitantes da província e também poupando-os do isolamento nas matas interioranas, que figuravam um cenário desconhecido por muito deles. O desmatamento das extensas matas virgens, a queima do solo com a finalidade de prepará-lo para o recebimento das sementes, não eram habilidades dominadas por eles, o que ocasionava freqüentes acidentes. Lamenha Lins conclui que era “preciso, pois, preparar o colono, para penetrar nas regiões das mattas virgens, riquíssimas de uberidade, e de seiva, porém, cuja rude magestade os assombra e intimida.”⁵⁴

Originou-se dessa necessidade, entre as outras já exemplificadas, estabelecer o colono primeiramente nos arredores de Curitiba, para que o mesmo se familiarizasse com os costumes da província e posteriormente ganhasse habilidades em lidar com o cultivo de produtos nacionais, ao mesmo tempo que os brasileiros aprenderiam com os *laboriosos* colonos, detalhes da cultura européia, promovendo assim uma inovação no modo de cultivar as suas lavouras.

Embora Lamenha Lins tenha proposto melhorias e um novo viés para a política imigracionista, promovendo mudanças estratégicas quanto aos meios de atração desses imigrantes, em seu último relatório ele demonstra que suas sugestões não foram acatadas por todos os responsáveis pela vinda desses colonos. Ao mencionar a chegada de centenas de italianos na província, destinados à colônia Alexandra, afirma que Savino Tripoti, responsável pela arregimentação dos mesmos, não dispunha de recurso para custear os recém chegados, nem mesmo com suprimentos tidos como de primeira necessidade. No relatório ainda relata que os imigrados “declaravam que tinham vindo illudidos e que não querião absolutamente pertencer á colônia Alexandra.”⁵⁵

Sendo assim, foram encaminhados para Morretes. Onde se estabilizaram através do cultivo agrícola empregando-se em construções públicas. Lamenha Lins ainda informa que, pelo descumprimento cometido, o governo imperial decidiu “rescindir os contratos feitos para a introdução de immigrants, por Pereira Alves, Bendaseski & Companhia e Savino Tripoti.”⁵⁶ Ou seja, essas empresas particulares, que auxiliavam na vinda de imigrantes para a

⁵³ Ibid. p. 80.

⁵⁴ Ibidem. p. 80.

⁵⁵ Último relatório: p. 11.

⁵⁶ Ibid. p. 12.

província paranaense, ao demonstrarem seu descomprometimento com as causas defendidas pelo governo, foram punidas. Além disso, “pelo juízo dos feitos procedeu-se ao seqüestro dos bens de Tripoti para garantir a dívida pela qual era elle responsável a fazenda nacional.”⁵⁷

Evidencia-se assim, a importância dada as políticas em torno da imigração, pelo governo Linista. A punição aos infringentes não é a maior evidência em demonstrar esse suposto comprometimento, mas sim a ênfase dada a esse acontecimento nos relatos prestados á Assembléia Legislativa. Neles estão presentes o desejo da administração em evidenciar o comprometimento com a política imigratória.

⁵⁷ Ibidem p. 12.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inquestionável que a gestão de Adolpho Lamenha Lins tenha ganho caráter diferenciado das suas antecessoras, pois, foi no decorrer da mesma que um número nunca antes recebido de imigrados foram alojados na província paranaense. Porém, fatores externos tiveram uma preponderante colaboração para esse resultado. A difícil situação vivenciada por esses colonos nos seus países de origem, nesse período, configuram como uma delas.

Lamenha Lins, assim como tantos outros políticos desse contexto, via nos imigrados, tidos como *laboriosos e morigerados*, a possibilidade de renovação, principalmente no que se diz respeito às técnicas agrícolas trazidas por eles, tidas como modernas e eficientes. Ao alojar esses imigrantes em torno da capital, sua gestão pretendeu muito mais do que facilitar o eixo comercial de excedentes do cultivo dessas colônias. Lamenha Lins propunha causar à aproximação desses novos moradores com os já estabelecidos nas localidades, no intuito de que eles pudessem repassar seus conhecimentos e também familiarizarem-se com a cultura local.

As colônias estabelecidas nos arredores da cidade, no decorrer de sua gestão, foram realmente numerosas. Porém, esse sistema de organização das mesmas não foi inaugurada por ele, como defende a historiografia. Quando Lamenha Lins assumiu a administração da Província do Paraná já existiam colônias próximas a capital, mesmo porque muito antes da sua posse, outros administradores já se propunham a solucionar a carência presente no cultivo de produtos agrícolas, tidos como alimentos de primeira necessidade. E as atividades estimuladas nas colônias, voltavam-se para este fim.

Embora a administração em questão tenha destacado a importância da vinda desses imigrantes, outros assuntos ganharam destaque nos discursos Linistas. A educação pública, assim como a saúde e o bem estar da população, nos relatórios são apresentados como benefícios obrigatórios para o bom desenvolvimento não somente da Província do Paraná como também do Império.

As análises empenhadas nos relatórios apresentados por Adolpho Lamenha Lins, demonstram que seu discurso em prol da imigração corresponde aos atributos feitos a sua gestão na historiografia dedicada ao assunto. Considera-se então que, a ausência de uma problematização em torno desses discursos contribuiu para que a historiografia reforçasse repetições e apropriações em torno da política implantada por Lamenha Lins. Porém, algumas atribuições feitas a ele não correspondem a seus feitos e sim ao discurso por ele produzido, que, por sinal, apresenta-se em seus relatórios de forma bem sedutora. A problematização

dessas falas é importante para que não transformemos em heróis pessoas que apenas se utilizaram de um discurso para justificar suas ações.

FONTES

PARANÁ. Relatório de Presidente de Província do Paraná Dr. Adolpho Lamenha Lins apresentado a Assembléia Legislativa do Paraná em 15 de fevereiro de 1876. Curityba: Typ. Da Viúva Lopes, 1877.

PARANÁ. Relatório de Presidente de Província do Paraná Dr. Adolpho Lamenha Lins apresentado a Assembléia Legislativa do Paraná em 15 de fevereiro de 1877. Curityba: Typ. Da Viúva Lopes, 1877.

PARANÁ. Relatório de Presidente de Província do Paraná Dr. Adolpho Lamenha Lins apresentado a Assembléia Legislativa do Paraná em 16 de julho de 1877. Curityba: Typ. Da Viúva Lopes, 1877.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Gisele C. **Formação do Bacharel em Direito no século XIX.** 2006. Disponível em: http://www.direitonet.com.br/artigos/x/29/67/2967/#perfil_autor Acessado em: 18/11/2008.

ANDREAZZA, Maria Luiza & NADALIN, Sergio Odilon. **Imigrantes no Brasil: colonos e povoadores.** Curitiba : Editora Nova Didática, 2000.

BALHANA, Altiva Pilatti, PINHEIRO MACHADO, B., WESTPHALEN, C. **História do Paraná.** Curitiba: Grafipar, 1969.

BOSCHILIA, R. T. (Org.). **Reconstruindo Memórias: os poloneses do Santo Inácio.** 1. ed. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2004. v. 1. 135 p.

CARNEIRO, David. **História do periodo provincial do Paraná : Galeria de presidentes da provincia.** Curitiba: Banestado, 1994.

COSTA, Samuel Guimarães. **História Política da Assembléia Legislativa do Paraná.** Vol. I. 1994.

COLATUSO, Denise Eurich. **Imigrantes alemães na hierarquia de status da sociedade luso-brasileira (Curitiba, 1869 á 1889).** Dissertação de Mestrado, UFPR: 2004.

DAS MERCES, S. P. Jaqueline. **Basílio de Guimarães- Trajetória e Estratégia de Mobilidade Social (1874-1957).** UFSJ. Monografia, 2005.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 10ª ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Ed. Nacional, 1967.

LAMB, Roberto Edgar. **Uma Jornada Civilizadora: Imigração, Conflito Social e Segurança Pública Na Província do Paraná – 1867 a 1882.** Dissertação de Mestrado, UFPR: 1994

LEVI, Giovanni. **Usos da biografia.** In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (Coordenadoras). **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LORIGA, Sabina. **A biografia como problema.** In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas. A experiência da microanálise.** Tradução: Dora ROCHA, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: Política e Governo.** Curitiba: SEED, 2001.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: Ocupação do Território, População e Migrações.** Curitiba : SEED, 2001.

PETRONE, Maria Teresa S. **O Imigrante e a pequena propriedade.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

SANTOS, Ayrton Ricardo dos. **Lamenha Lins e o engenho central de Morretes.** BIHGEP, Vol. XLIX, 1995.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes. **Vida Material, Vida Econômica.** Curitiba: SEED, 2001.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil.** Brasília: EDUNB, 1990.

WACHOWICZ, Ruy C. **História do Paraná.** Curitiba: Gráfica Vicentina, 6ª edição, 1988.

_____. **Santa Cândida: Pioneira da colonização Linista.** Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1975.